

| CURSO | DISCIPLINA | PROFESSORA | DATA | MENÇÃO | CIENTE |
|--|----------------------------------|------------------|-------|--------|----------------|
| 3ºSJ | Língua Portuguesa, Literatura | Renata Fernandes | 09/10 | B | Assunto |
| NOME ALUNO (A): Eduardo Ulber Soares Rocha | | | | | Ano/Módulo: 3º |

| Bases Tecnológicas | Habilidades Trabalhadas | Critérios de Desempenho |
|--------------------------------------|---|-----------------------------|
| Texto Dissertativo- Argumentativo | Interpretação textual com base em reflexões; | Assunto, Estilo e Gramática |

| ITENS QUE SERÃO AVALIADOS | |
|---------------------------|---|
| I- ASSUNTO | 1- Conhecimento do assunto; 2- Seleção de ideias em função do tema; 3- Coerência das ideias dentro do contexto; |
| II- ESTILO | 1- Clareza, propriedade, precisão; 2- Criatividade; |
| III- GRAMÁTICA | 1- Ortografia; 2- Pontuação; 3- Morfologia |

Observações:

Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

ETEC Rodrigues de Abreu

Língua Portuguesa

Produção Textual: Texto Dissertativo- Argumentativo

Apresento a proposta de produção de texto Dissertativo Argumentativo:

A partir das reflexões e leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Material de Apoio: Textos

Bom Trabalho!
Renata Fernandes

TEXTO I

Você sabe quais são as comunidades e os povos tradicionais brasileiros?

Talvez indígenas e quilombolas sejam os primeiros que passam pela cabeça, mas, na verdade, além deles, existem 26 reconhecidos oficialmente e muitos outros que ainda não foram incluídos na legislação. São pescadores artesanais, quebradeiras de coco babaçu, apanhadores de flores sempre-vivas, caatingueiros, extrativistas, para citar alguns, todos considerados culturalmente diferenciados, capazes de se reconhecerem entre si. Para uma pesquisadora da UnB, essas populações consideram a terra como uma mãe, e há uma relação de reciprocidade com a natureza. Nessa troca, a natureza fornece “alimento, um lugar saudável para habitar, para ter água. E elas se responsabilizam por cuidar dela, por tirar dela apenas o suficiente para viver bem e respeitam o tempo de regeneração da própria natureza”, diz.

Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado)

TEXTO II

Povos tradicionais do Brasil

Estados com a maior concentração de famílias

| Indígena | | Pescador | |
|--------------|--------|---|--------|
| AM | 43.264 | PA | 40.123 |
| MS | 21.507 | MA | 33.085 |
| RR | 15.316 | BA | 30.920 |
| Quilombola | | Povos de terreiro | |
| BA | 43.009 | BA | 1.883 |
| MA | 39.316 | PI | 856 |
| PA | 15.282 | CE | 603 |
| Cigano | | Ribeirinho | |
| BA | 1.538 | PA | 50.314 |
| GO | 643 | AM | 16.507 |
| MG | 556 | BA | 9.670 |
| Extrativista | | Fonte: Ministério Público Federal. Infográfico elaborado em: 25/10/2019. | |
| PA | 11.826 | | |
| AM | 9.772 | | |
| MA | 7.190 | | |

Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado).

TEXTO III

Povos e comunidades tradicionais

O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) preside, desde 2007, a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), criada em 2006. Fruto dos trabalhos da CNPCT, foi instituída, por meio do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2017, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). A PNPCT foi criada em um contexto de busca de reconhecimento e preservação de outras formas de organização social por parte do Estado. Disponível em: <http://mds.gov.br>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado).

TEXTO IV

Carta da Amazônia 2021 Aos participantes da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26)

Não podia ser mais estratégico para nós, Povos Indígenas, Populações e Comunidades Tradicionais brasileiras, reafirmarmos a defesa da sociobiodiversidade amazônica neste momento em que o mundo volta a debater a crise climática na COP26. Uma crise que atinge, em todos os contextos, os viventes da Terra! Nossos territórios protegidos e direitos respeitados são as reivindicações dos movimentos sociais e ambientais brasileiros. Não compactuamos com qualquer tentativa e estratégia baseada somente na lógica do mercado, com empresas que apoiam legislações ambientais que ameaçam nossos direitos e com mecanismos de financiamento que não condizem com a realidade dos nossos territórios. Propomos o que temos de melhor: a experiência das nossas sociedades e culturas históricas, construídas com base em nossos saberes tradicionais e ancestrais, além de nosso profundo conhecimento da natureza. Inovação, para nós, não pode resultar em processos que venham a ameaçar nossos territórios, nossas formas tradicionais e harmônicas de viver e produzir. Amazônia, Brasil, 20 de outubro de 2021.

Entidades signatárias: CNS; Coiab; Conaq; MIQCB; Coica; ANA Amazônia e Confrem

Disponível em: <https://s3.amazonaws.com>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado).

Título:

A agenda sobre o legado pelo Capitulino Mau.

Se o Brasil composto pela rica diversidade populacional e faunística, temos como uma ligação profunda e dependente da população com a natureza, desde o fundamento até o presente momento.

De base descendente de povos indígenas, quilombolas, ciganos, pescadores, extrativistas, povos de terras e ribeirinhos, a diversidade de todos esses povos tem como participante o meio-ambiente, por meio do cultivo, da pesca, da extração de matéria-prima e meio de sobrevivência. A consequência disso tudo é, que os povos tradicionais sempre tiveram como o cuidado e a responsabilidade com a terra, buscam a reciprocidade com a natureza, já que, por ela, obtêm alimento, moradia, água e sustento.

É com a chegada do Capitulino Mau, que o cuidado foi tomado pelo Estado, pela produção manual e pela luta das novas formas de organização constituídas nessa nova era, que por muitas vezes, também propõem maiores que os povos tradicionais. É nesse sentido, a terra, o saber e a água, precisa de cuidados, estamos em uma crise severa no âmbito climático nesse século, surgiu foi criado um decreto de nº 6.040, em 2007, que consta na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Terras e Comunidades Tradicionais, que preza pelo reconhecimento e preservação das organizações sociais pelo Estado, lutando pelos seus, pela reciprocidade e pela participação no poder para a sustentabilidade.

Se os povos tradicionais forem valorizados, teremos o reconhecimento de suas culturas, valores e ideologias, que são nobres e também poderemos garantir uma vida melhor para quem está aqui no meio de tudo, e aprendem como cuidar do novo meio-ambiente. Através de direitos assegurados legalmente, em convenções assim só por este tempo, por exemplo o COP26.

Precamos nos lembrar daqueles princípios iniciados para estarmos aqui hoje, cuidar destes povos e extrair a agenda, para resolver novas crises e caminhar para o futuro.

Título:

A schedria sobre relencido pelo Capitulum Novo.

Sendo Brasil composto pela sua diversidade, populacional e faunística, temos, através uma ligação profunda e de partilha da população com a nossa natureza, desde o fundamento de o presente momento.

De base decorrente de países indígenas, quilombolas, ciganos, pescadores, extrativistas, povos de terras e ribeirinhos, a diversidade de todos esses povos tem como participante o meio-ambiente, por meio do cultivo, da pesca, da extração de matéria-prima e meio de subsistência. A consequência direta é, que, os povos tradicionais sempre tiveram como o cuidado e a responsabilidade com a terra, buscam a reciprocidade com a natureza, já que, por ela têm alimento, mercado, água e sustento.

É com o chegada do Capitulum Novo que a cidade foi tomada pelo dinheiro, pela produção massiva e pela luxúria das novas formas de organização constituídas nessa nova era, que por muitas vezes, tem as preferências maiores que os povos tradicionais. É nesse contexto, a terra sobren e agora precisa de cuidados, estamos em uma crise severa no âmbito climático mundial, surgiu foi criado um decreto de nº 6.040, em 2007, que consta na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Florestas e Comunidades Tradicionais, que preza pelo reconhecimento e preservação das organizações sociais pelo futuro, lutando pelo voto, pela recinidade e pela participação no poder para a sustentabilidade.

Se os povos tradicionais forem valorizados, teremos o conhecimento de suas culturas, valores e ideologias, que são nobres e também poderemos garantir uma vida melhor para quem está aqui no início de tudo, e aprendem como cuidar do nosso meio-ambiente. Através de direitos assegurados legalmente, em convenções assinadas no por este tempo, por exemplo o COP26.

Prezamos nos lembrar aqueles povos tradicionais e indígenas para estarmos aqui hoje, cuidar destes povos e extrair a schedria, para resolver nossas crises e cumular para o futuro.